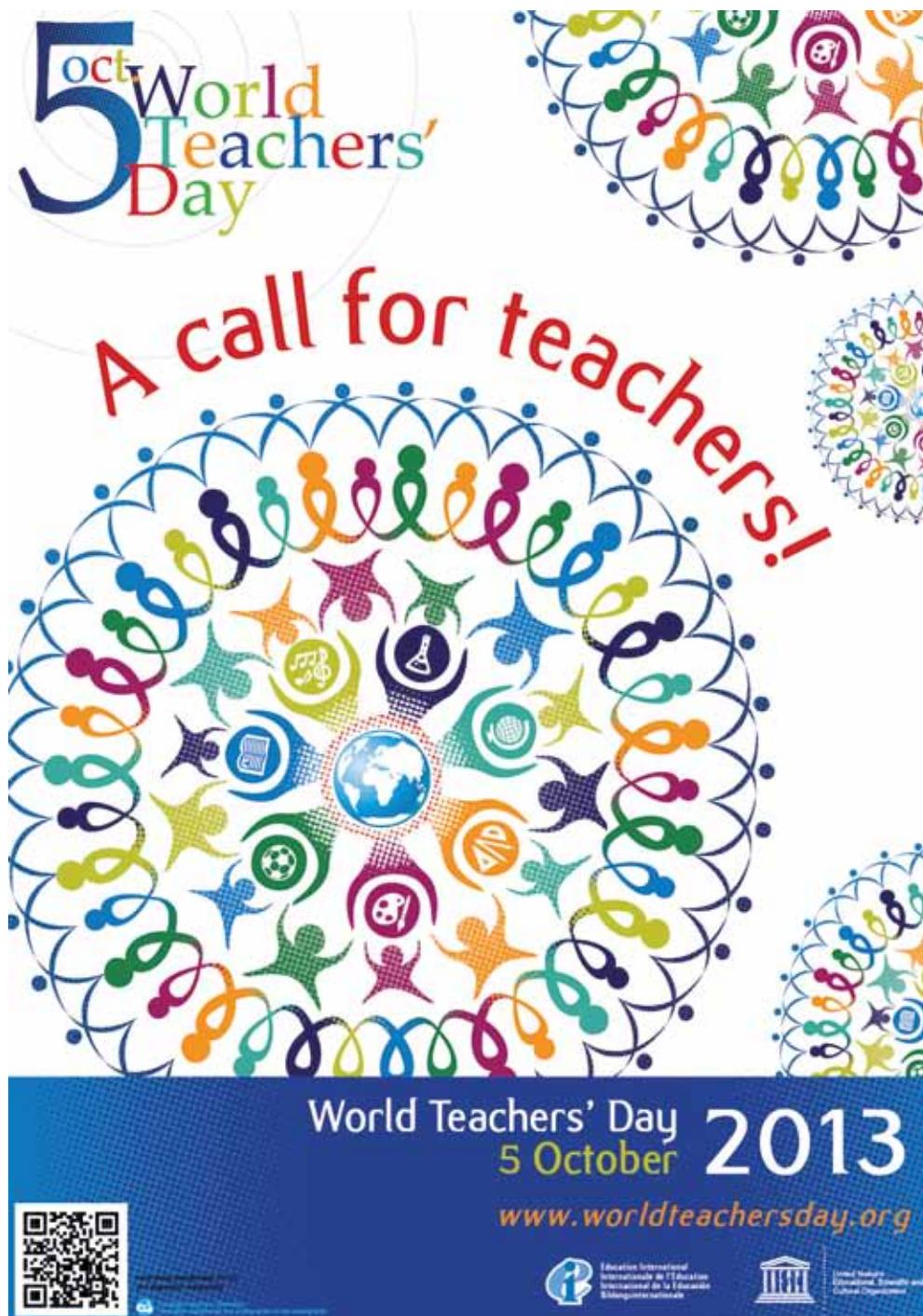




COM TODA A NORMALIDADE...



spn
informação

Diretora Manuela Mendonça · **Editor** António Baldaia

Conselho de Redação Abel Macedo, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro, Teresa Medina

Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico Ana Alvim · **Foto da Capa** Henrique Borges · **Impressão** Multiponto, S.A.

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redação e Administração** Rua D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6

E-mail spninfo@spn.pt · **Site** http://www.spn.pt

Tiragem média 20.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n.º** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não refletem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direção do SPN.

TEMOS DE ESTAR NA PRIMEIRA LINHA



Manuela Mendonça
Coordenadora do SPN

1. A abertura do ano letivo decorreu com toda a normalidade, na opinião dos responsáveis do MEC. Como se fosse normal o violento e progressivo desinvestimento na educação pública. Ou o aumento brutal do desemprego e da precariedade docentes. Ou a degradação das condições de ensino/aprendizagem decorrente do número excessivo de alunos por turma e de turmas/níveis por professor. Ou a colocação tardia de milhares de docentes, impedidos de participar na preparação do ano letivo. Ou a (não) aprovação de turmas e cursos já no decurso de setembro. Ou o afastamento de trabalhadores não docentes indispensáveis ao bom funcionamento das escolas. Ou...

2. As causas do acentuado agravamento do desemprego, da precariedade e instabilidade profissionais que afetam de forma dramática todos os professores contratados e muitos milhares dos quadros, não residem na diminuição do número de alunos, cuja dimensão nunca justificaria a eliminação de 40.000 lugares docentes nos últimos anos. Radicam em medidas como a eliminação de disciplinas e áreas curriculares não disciplinares, o aumento do número de alunos por turma ou a criação de mega-agrupamentos – para referir apenas três exemplos de uma longa lista. Para quem definiu como prioridade tornar o sistema público mais barato, os professores são vistos como uma despesa que é preciso eliminar a qualquer custo, mesmo da qualidade do ensino/aprendizagem, com consequências particularmente gravosas para os alunos com dificuldades e/ou social/culturalmente mais desfavorecidos.

3. A poucos dias da comemoração do Dia Mundial dos Professores, que em Portugal coincide com o aniversário da implantação da República, agora despojado de “feriado”, importa sublinhar que os professores desempenham o papel mais decisivo na Educação. E um país que iniciou a democratização do sistema de ensino há apenas quarenta anos, e onde – apesar dos avanços conseguidos, que foram muitos – subsistem graves problemas estruturais, precisa de mais meios, mais apoios e, seguramente, de mais professores para consolidar esses avanços, afastando um ameaçador regresso ao passado, como vaticinam dados estatísticos da OCDE referidos nesta edição.

4. Perante a recente alteração do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, com que o Governo pretende alargar o financiamento público ao ensino privado, em condições que contrariam os preceitos constitucionais, a Fenprof tornou pública uma Carta Aberta aos parceiros educativos e à sociedade, apelando à mobilização em defesa de uma educação pública de qualidade, inclusiva e universal. A importância do que está em jogo obriga a que nos empenhemos no aprofundamento deste debate, escola a escola, envolvendo toda a comunidade educativa. São conhecidos os riscos da mercantilização da educação – o mercado promove a desigualdade para estimular a concorrência. Ora, na educação, o objetivo é exatamente o oposto: investir na rede pública para reduzir as diferenças de qualidade entre as escolas, garantindo uma educação de qualidade para todos. É para isso que deve servir o dinheiro dos impostos, e não para alimentar negócios privados.

5. A fronteira entre educação pública e ensino privado foi um dos temas debatidos nas jornadas sindicais do SPN. Como foi afirmado, não podemos aceitar políticas intencionalmente orientadas para o empobrecimento da Escola Pública (como o desemprego docente), da democracia e do país. Pela responsabilidade social da função que exercem, os professores têm de estar na primeira linha desse combate.



CADA VEZ MAIS AO FUNDO...

Quando abordámos os resultados dos concursos, em julho, dissemos que *Pior era impossível*, algo que os únicos três ingressos em lugar de quadro justificavam plenamente. Já sobre as colocações em 'necessidades transitórias', não nos atrevemos a pensar assim, tal a iníqua capacidade do ministério para conseguir que uma realidade já tão sombria se torne mais negra ano após ano – tanto para os candidatos à mobilidade interna, como, ainda com piores consequências, para os candidatos à contratação.

Se em 31.08.2012 as listas traduziam uma forte diminuição das colocações face aos anos anteriores, este ano o panorama foi ainda pior, desde logo devido à inédita decisão de remeter para momento posterior a contratação inicial, cujas listas acabaram por ser divulgadas apenas em 12.09.2013, em simultâneo com a primeira reserva de recrutamento.

E ainda que, para os docentes colocados em horário anual, tenha sido garantida a produção de efeitos a 1 de setembro, isso não obsteu a que, pela primeira vez, o primeiro dia útil de setembro tenha sido de corrida generalizada dos docentes não integrantes dos quadros aos respetivos centros de emprego, já que nenhum estava colocado. Ou seja, naquele dia, a designação habitual de *contratados* não fazia qualquer sentido, já que todos estavam, isso sim, *desempregados* – e há que lembrar que os candidatados à contratação foram 43 mil, todos detentores de qualificação profissional para a docência, por vezes em mais do que um grupo de recrutamento ou ciclo...

A soma de todas as colocações em contratação – horários anuais e temporários, completos e incompletos – fica-se pelas 5.800, incluindo 476 polémicas renovações resultantes de colocações anteriores em contratação de escolas. Ora, há um ano, a soma das colocações em contratação inicial (31.ago) com as da primeira reserva de recrutamento (13.set) ascendia a 8.354, todas em horários anuais. O que não sucedeu este ano, pois das 5.800, apenas 4.921 o são – um decréscimo de 3.433 horários anuais, e só até à primeira reserva de recrutamento... Poder-se-ia pensar que este resultado seria compensado, e de algum modo justificado, por um número claramente superior de colocações no âmbito da mobilidade interna. Mas a realidade mostra precisamente o inverso: se após essas colocações em 31.08.2012 ficaram por colocar 1.874 docentes sem componente letiva, este ano eram 2.244! E mesmo após a primeira reserva de recrutamento, em que foram colocados ou retirados pelas suas escolas 1.029 docentes, 1.215 ainda aguardam colocação, com as situações mais graves em EVT, Inglês, Português, Educação Tecnológica e Educação de Infância.

Mas esta realidade não se pode considerar surpreendente, tendo em conta as várias medidas contra a Escola Pública e as condições de trabalho de alunos, professores e trabalhadores não docentes. Ela é o esperado corolário do reforço da constituição de mega-agrupamentos, do empobrecimento curricular, do aumento do número de alunos por turma – agravado com a autorização de muitas turmas com mais alunos do que os novos máximos previstos – ou do desrespeito pelos alunos com necessidades educativas especiais, que, em vez do máximo de dois, chegam a ser 5 e 6, e em turmas que chegam a ter 30 alunos...

Contudo, por muito mau que seja o panorama, o que não se pode é aceitar passivamente o desenrolar dos acontecimentos. Há que continuar a lutar, sem tréguas e por todos os meios, por outra Escola e outra Educação, com mais investimento e conseqüente mais qualidade. Daí que SPN e Fenprof tenham já levado a cabo, neste início de ano, várias atividades envolvendo docentes contratados e desempregados.

Pegando nas palavras de um anterior governante, o Governo não tem de ser uma agência de emprego, mas a verdade é que, fruto da obsessão por metas económicas irrealistas, a qualquer custo e sem olhar às conseqüências, o atual Executivo ameaça tornar-se a maior agência de desemprego. O que acarreta evidentes prejuízos para a estabilidade e o emprego docente, mas também para a qualidade do serviço prestado pela Escola Pública.

Os verdadeiros custos de uma tal política demorarão anos a calcular. Mas, sobretudo, levarão décadas a recuperar...

SPN ATIVO E SOLIDÁRIO NOS CENTROS DE EMPREGO



HENRIQUE BORGES

No dia 2 de setembro foram milhares os educadores e professores que se deslocaram aos centros de emprego de todo o país para tratarem da “papalada” necessária à obtenção do subsídio de desemprego, engrossando de forma bem visível as filas de trabalhadores desempregados que deviam envergonhar qualquer governante.

Mais uma vez, dirigentes do Sindicato dos Professores do Norte e membros da Comissão de Contratados marcaram presença em vários centros de emprego da região, prestando o apoio possível e solidarizando-se com todos os colegas naquela situação. Procurando, também, chamar a atenção da comunicação social e da população para este flagelo, resultante das políticas educativas que o Governo e a troica orientam, intencionalmente, para a instabilidade, o desemprego e o empobrecimento da Escola Pública. Na oportunidade, foi distribuído um comunicado à população, elucidando sobre a situação e reafirmando que “menos professores levam a pior escola e a pior futuro”. Aos docentes foi entregue uma carta onde, para além do apoio e esclarecimentos prestados, se incentiva e apela a que não desistam de lutar pela profissão, pela Escola Pública e por um Portugal com futuro. Os rostos de tristeza que encontrámos e os testemunhos ouvidos revelaram bem os dramas vividos por detrás do desemprego e a angústia de muitas famílias. A frustração, o desânimo e a revolta de quem deu tanto às escolas e sabe que lhes faz falta, não compreendendo as medidas de Crato e companhia para reduzir a Escola Pública, indignou todos os que participaram nessa jornada de solidariedade.

Mas também deu mais força ao SPN para continuar a denúncia e a luta. É isso que iremos fazer – já estamos a fazer – e é para isso que o sindicato conta com todos os educadores e professores, nas escolas e nas iniciativas que forem sendo promovidas.

[breves]

FICASTE NO DESEMPREGO? VEM CONNOSCO PRÀ RUA!

25 de setembro é dia de saíres à rua, no Porto, com o SPN e a Fenprof. Às 11 horas, um (I)MURAL vai denunciar publicamente a situação em que te encontras e mostrar que as tuas habilitações, o tempo de serviço, o percurso profissional e as avaliações de desempenho demonstram que és um docente devidamente qualificado e que tens direito ao emprego e a ser tratado de forma digna.

25 de setembro é dia tempo de contestares as medidas que te levaram ao desemprego – consulta o site www.spn.pt. Não desistas, NÃO PODES FALTAR!



ANA ALUIA

ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO

No dia 9 de setembro reuniu na sede SPN a Comissão de Trabalho para o EPC.

A reunião teve como principal objetivo a organização do trabalho a desenvolver pela comissão, no sentido de promover uma maior proximidade aos sócios do setor. Entre outros aspetos, foi decidido criar dois e-mails específicos, para onde os docentes do Ensino Particular e Cooperativo/Profissional possam enviar as suas questões [ensinoparticular@spn.pt e ensinoprofissional@spn.pt]. De igual forma, já a partir da próxima SPN-INFORMAÇÃO, passarão a ser publicados artigos sobre as questões do setor.

SPN REPUDIA ARTIGO DO JN



HENRIQUE BORGES

Comissão Executiva “leu” o jornal (participação de docentes nas eleições autárquicas) e analisou e debateu os problemas verificados na abertura do ano letivo e as prioridades da ação sindical.

A Comissão Executiva do Sindicato dos Professores do Norte, na sua primeira reunião ordinária do ano letivo 2013/2014, entendeu tomar posição sobre o artigo que fez manchete na edição de 15 de setembro do Jornal de Notícias [*Professores trocam alunos por campanha autárquica*], considerando surpreendente o seu teor, que parece pretender pôr em causa o direito dos professores participarem nos processos eleitorais – como se não fossem cidadãos de plenos direitos como todos os outros que, enquanto candidatos, recorrem aos mecanismos legais que regulam o desenvolvimento das respetivas campanhas.

A mensagem subliminar – os professores preferem a disputa eleitoral ao trabalho com os alunos –, além de desvalorizar os processos eleitorais em democracia, é profundamente injusta para uma classe profissional que tantas vezes coloca os interesses dos alunos à frente dos seus. O SPN considera ainda abusiva a ilação de que há alunos que correm o risco de ficar sem professor até ao final do pri-

meiro período, uma vez que o ato eleitoral se realiza a 29 de setembro. E no caso de haver professores que venham a ser eleitos, competirá ao Ministério da Educação e Ciência proceder à sua substituição o mais rapidamente possível – dado o elevado número de professores no desemprego, tal não deverá constituir qualquer problema... Por tudo isto, a direção do SPN considera que este tipo de jornalismo é, no mínimo, lamentável.

PROBLEMAS E PRIORIDADES. Entretanto, a Comissão Executiva analisou e debateu as grandes questões da abertura do ano letivo e as prioridades da ação sindical.

Relativamente ao arranque do ano letivo, ressalta o aumento do desemprego e da precariedade laboral entre os professores, mas também a degradação progressiva das condições de ensino e de aprendizagem. O aumento significativo do número de alunos por turma e do número de turmas/níveis por professor, além das graves consequências que acarreta no aumento do desemprego e na sobrecarga de

trabalho para os docentes que ainda se mantêm no sistema, repercute-se, inevitavelmente, na qualidade do processo educativo, com consequências particularmente gravosas para os alunos com dificuldades e/ou social e culturalmente mais desfavorecidos.

Tendo presente a recente alteração do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, com que o Governo pretende alargar o financiamento público do ensino privado em condições que contrariam o estipulado na Constituição da República e na Lei de Bases do Sistema Educativo, a Comissão Executiva sublinhou a necessidade de promover um amplo debate junto dos professores e dos restantes parceiros educativos em torno da importância da Escola Pública e da necessidade de a sociedade se mobilizar em sua defesa.

Na reunião foram analisadas, também, várias questões setoriais, assim como iniciativas previstas no âmbito do SPN, da Fenprof, da Frente Comum (Administração Pública) e da CGTP-IN. Destacam-se a *Jornada Nacional de Protesto contra*

o Corte nas Pensões, promovida pela Frente Comum (Lisboa, 25 de setembro) e a iniciativa (*I*) *MURAL*, alusiva à situação dos professores contratados, organizada pela Fenprof (Porto, 26 de setembro).

Os muitos problemas, a nível educativo e profissional, obrigam a uma ação sindical forte e consistente que permita reverter as políticas que têm vindo a ser implementadas e que estão a empobrecer a Escola Pública, a Educação e o futuro dos portugueses, pelo que o SPN apela desde já à mobilização e participação de todos os docentes para as várias ações a promover.

SEGURO DE SAÚDE. A Açoreana, parceira do SPN, está a promover uma campanha especial de abertura do ano letivo, dirigida aos associados do sindicato, para novas adesões ao Seguro de Saúde, sem períodos de carência. A campanha é válida até 30 de setembro e não dispensa a consulta de informação específica na página do SPN (www.spn.pt).



[agenda]

HENRIQUE BORGES

SETEMBRO

- 26. (I)MURAL de denúncia da situação dos professores contratados e desempregados. SPN/Fenprof, Porto
- 25. Jornada nacional de protesto contra cortes nas pensões. Fenprof, Lisboa
- 24. Cimeira de sindicatos da Administração Pública. FCSAP, Lisboa
- 23. Reunião do Departamento de Aposentados. Fenprof, Lisboa
- 23. Reunião do Grupo de Trabalho dos professores aposentados. Fenprof, Lisboa
- 23. Conferência de imprensa sobre a situação dos trabalhadores aposentados. FCSAP, Lisboa
- 20. Reunião conjunta da Comissão de Professores Contratados e Desempregados do SPN e do Grupo de Trabalho da Fenprof para a precariedade e o desemprego. SPN/Fenprof, Braga
- 20. Reunião com a União das Misericórdias. CNS/Fenprof, Lisboa
- 20. Intersecretariado da Fenprof, Lisboa
- 19. Reunião do Departamento de Ensino Superior. Fenprof, Lisboa
- 19. Reunião da comissão negocial sindical sobre as IPSS. CNS/Fenprof, Lisboa
- 18. Plenário de professores con-

- tratados e desempregados. SPN, Porto
- 18. Reunião com o MEC sobre o Regime Jurídico da Formação Contínua. Fenprof, Lisboa
- 17. Reunião das Comissão Executiva do SPN. Porto
- 17. Reunião da Inter-Reformados. CGTP-IN, Lisboa
- 16. Entrega no MEC do abaixo-assinado contra o aumento da componente letiva do 1ºCEB. Fenprof, Lisboa
- 16. Encontro de professores e educadores do concelho de Gondomar. SPN, Gondomar
- 12. Nota à comunicação social sobre a abertura do ano letivo: "Instabilidade e desemprego marcam início de mais um ano letivo para os professores". Fenprof
- 12. Reunião com a Associação Nacional para a Vinculação dos Professores Contratados. Fenprof, Porto
- 12. Reunião conjunta da Comissão de Professores Contratados e Desempregados do SPN e Grupo de Trabalho da Fenprof para as questões da precariedade e desemprego. SPN/Fenprof, Porto
- 12. Debate sobre Trabalho e Sindicalismo, com a presença da Fenprof. Coimbra
- 11. Reunião com a DGAE sobre concursos e colocações. Fenprof, Lisboa

- 11. Fenprof solicita apreciação parlamentar e pede a fiscalização sucessiva da constitucionalidade do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo. Lisboa
- 11. Reunião com a Federação Distrital do Porto do PS. SPN, Porto
- 10. Reunião das comissões pedagógicas dos centros de formação do SPN e do Instituto Irene Lisboa. Porto
- 09. Reunião da comissão de trabalho do Ensino Particular e Cooperativo. SPN, Porto
- 10. Reunião de Aposentados. FCSAP, Lisboa
- 06. Secretariado Nacional da Fenprof, Lisboa
- 05. Secretariado Nacional da Fenprof, Lisboa
- 04. Conferência de imprensa sobre as escolas especializadas de ensino artístico. Fenprof, Lisboa
- 04. Conselho Nacional da CGTP-IN. Lisboa
- 04. Jornadas sindicais. SPN, Porto
- 03. Jornadas sindicais. SPN, Porto
- 02. Apoio aos professores desempregados em diversos centros de emprego. SPN, Porto, SJ da Madeira, VN de Gaia, Braga e Bragança
- 02. Conferência de imprensa sobre desemprego docente. Fenprof, Lisboa

AGOSTO

- 31. Comunicado de imprensa sobre a colocação dos professores. Fenprof
- 30. Nota à comunicação social, congratula-se com a declaração de inconstitucionalidade do novo regime de mobilidade especial. Fenprof
- 26. Nota à comunicação social sobre os cortes no Ensino Superior. Fenprof
- 23. Reuniões com o MEC sobre a prova de avaliação de conhecimentos e competências e o Regime Jurídico da Formação Contínua. Fenprof, Lisboa
- 12. Federação de sindicatos, em nota à imprensa, manifesta-se contra a transferência/mobilidade dos trabalhadores não docentes. FNSTFP)
- 08. Comunicado de imprensa da Fenprof denuncia cortes de 10% nas pensões
- 07. Parecer da Fenprof sobre a proposta do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo
- 01. Fenprof dirige-se ao Presidente da República e aos presidentes das comissões parlamentares sobre a falta de cumprimento da ata negocial de 25 de junho por parte do MEC

Nas XI Jornadas Sindicais do SPN, que decorreram no Auditório do Conservatório de Música do Porto, dirigentes e ativistas refletiram e debateram sobre a atualidade educativa e sindical.

PORQUE EDUCAR É UM COMPROMISSO ÉTICO



Volvidos oito anos sobre a realização das últimas jornadas sindicais, o Sindicato dos Professores do Norte retomou este ano a iniciativa (3 e 4 de setembro), essencialmente com o objetivo de refletir sobre a atualidade educativa e perspetivar a ação sindical para o ano escolar que agora começa. E os temas não podiam ser mais atuais: o ensino público e o financiamento do privado; o futuro do 1º Ciclo do Ensino Básico; o desemprego e a situação dos docentes contratados; o reforço do SPN e a construção da unidade na ação.

Na manhã do primeiro dia falou-se das fronteiras entre a Escola Pública e o ensino privado, reconhecendo-se a primeira como a única capaz de promover a igualdade. Abordou-se a retórica da liberdade de ensinar e aprender, aproveitada pelo Governo como uma forma de subsidiar o ensino privado em detrimento do público, e desmontou-se a falácia do cheque-ensino, como estratégia de

desresponsabilização do Estado pela Educação. O Ensino Profissional e as vias alternativas, a formação de adultos e as novas oportunidades, foram outros assuntos abordados.

A tarde foi reservada para a reflexão sobre a ação sindical: temas, desafios, estratégias, movimento de sócios, formas de comunicação, relações intersectoriais, colaboração com as estruturas em que o sindicato está integrado, sempre em busca da construção da unidade na ação. De entre os assuntos abordados, a situação dos docentes contratados e desempregados mereceu especial destaque: analisaram-se os números do desemprego, refletiu-se sobre a ação do sindicato em defesa desses docentes, verberou-se o comportamento irresponsável do ministério, que, à revelia da lei, insiste em não os vincular, mesmo que sejam necessários ao sistema durante mais de uma dezena de anos... Perante a constatação de que a realidade atual se caracteriza por uma enorme diversificação, reconheceu-se que as estratégias de identificação dos problemas, a mobilização e as formas de comunicação deverão ser repensadas e reorientadas no sentido de fazer face a este sério problema do sistema. Condenou-se, ainda, a prova de avaliação de conhecimentos e competências e afirmou-se claramente que o conceito “professores-contratados” não existe – existem professores, apenas!

Tema incontornável na atualidade educativa, o 1ºCEB mereceu especial atenção no segundo dia. Os participantes identificaram e debateram os inúmeros problemas existentes, agravados agora pela ofensiva que o ministério está a desenvolver. Definitivamente, para a equipa de Nuno Crato, chegou a hora de afrontar a Escola do 1º Ciclo e os seus profissionais, com profundas alterações que apenas contribuem para a completa descaracterização e desorganização do setor. Falou-se da identidade dos professores, das recomendações do Conselho Nacional de Educação, sugeridas e ignoradas pelo ministério, dos vários modelos para uma eventual reestruturação organizativa, da prevalência da “ensinagem” sobre a aprendizagem, do regresso ao passado com a introdução de exames nacionais, da colonização deste por parte de outros ciclos...

Enfim, um vastíssimo campo de problemas, dos quais se destaca o aumento do horário letivo dos professores – por via da não consideração dos tempos de recreio dos alunos – e de onde não foram esquecidas as questões decorrentes da matriz curricular, da confusão latente entre “curricular” e “não curricular”, das ofertas complementares, das atividades de enriquecimento curricular promovidas por diferentes entidades, da falta de estabilização do conceito de “coadjuvação”, entre outras, que irão introduzir disparidades e discriminações intersectoriais.



SOMOS TODOS PROFESSORES

HENRIQUE BORGES

Michelle Domingos
Comissão de Contratados
e Desempregados do SPN

Setembro de 2013. Segunda-feira. Início do ano letivo, o terceiro consecutivo sem colocação. Para já. Está-se em casa, as horas passam, o sol consome o tempo e o vento corre. É um instante paralisado e suspenso, demorado, eterno. Eu devia estar a trabalhar...

Eu podia estar a trabalhar. Mas não me deixam, não me querem. Nasci no tempo errado, no país errado – melhor, os meus pais decidiram vir para o país errado. No entanto, o erro de retornar à pátria tornou-se reconhecimento de um signo maior: se não fosse este erro, este percurso, esta experiência, não seria a jovem, a mulher, a professora, a cidadã que sou hoje.

Reconhecendo a letargia e apatia do presente, o desafio maior de luta, de persistência e de resistência perante forças dominadoras – elas mesmas dominadas por forças externas que não conhecem o nosso país – torna-se fundamental, sob risco de perdermos o direito democrático à igualdade, à liberdade, à justiça, à saúde, à educação, à segurança social. Não são privilégios. Antes conquistas. Valores inquestionáveis, maiores, dignos, éticos. Sem cunho partidário, sem militância política, sem subversão ideológica. Valores de democracia, para um corpo social maior, igual.

A esquizofrenia dos discursos políticos faz-nos duvidar de nós próprios, do razoável, do direito à vida, à liberdade e à dignidade. Pedem-nos para emigrar, para bater punho, para vender pipocas.

O que uns naturalizam como empreendedorismo, pensar fora da caixa, onde ser precário é o novo e reforçado valor de flexibilidade, dinamismo e competitividade laboral, não são novos paradigmas democráticos de sociedade e de política. Antes um sofisticado e meticuloso programa de marginalização, segregação e distinção social. A ordem é o mercado, o valor é o capital. O desejo bárbaro e pornográfico de uma minoria alienada da realidade e da vida.

Mas somos gente, não somos números. Nem marionetas. Não nos podemos permitir cumprir a realização deste sofisticado programa de manipulação e submissão humana, pelo reconhecimento desse mesmo programa noutros momentos históricos, como a escravatura. Não podemos permitir o retorno à miséria e à exploração, pelo reconhecimento dos sintomas do poder dominante na manutenção e controlo dessa mesma miséria e exploração.

Não podemos, porque estudámos. Porque nos permitiram estudar, porque nos introduziram a um mundo pós-barbárie, pós-moderno, mesmo reconhecendo a perpetuação das desigualdades nas diferentes geografias do nosso mundo. E devemos esse mesmo direito, essa experiência, esse conhecimento, a todos os nossos alunos.

A Constituição da República Portuguesa e a Lei de Bases do Sistema Educativo não são letras mortas disponíveis para serem violentamente agredidas e

barbaramente violadas em tempos de austericídio. Elas servem-nos a força e a autoridade para reclamarmos a legitimidade política do nosso exercício profissional, a função social das nossas práticas e o significado cultural, civil e simbólico da nossa classe.

Tal como o exercício político e cívico da realização da democracia não se resume ao depósito de um voto eleitoral, também o exercício docente não se resume ao domínio exclusivo de saberes científicos e técnicos e à sua transmissão num contexto disciplinar e pedagógico particular.

Somos agentes responsáveis pela concretização da democracia e de uma cultura de igualdade, liberdade, justiça, solidariedade e consciência crítica. À cultura do escárnio e do mal-dizer, permitam-me que diga basta!

É nosso dever esta luta, professores colocados e não colocados, contratados e do quadro. A democracia concretizar-se-á na rua, na escola, nas comunidades, no espaço público, não realizada virtualmente.

Somos todos professores. A realidade está cá fora. Juntem-se profissionais sindicalizados e não sindicalizados, militantes e apertados. Se esta não é a Escola que conhecemos, a Escola em que trabalhamos, a Escola em que vivemos, a Escola a que queremos pertencer, então, lutemos pela Escola que queremos. A da democracia.

Acordem. Não os deixem calar-nos!

FRONTEIRAS ENTRE O ENSINO PÚBLICO E O PRIVADO

A discussão deste tema nas jornadas sindicais do SPN foi lançada a partir de duas grandes linhas de força para o enquadramento desta questão: (i) a base legal vigente, desde logo o que preceitua a Constituição da República e a Lei de Bases do Sistema Educativo; (ii) a base ideológica que sustenta qualquer orientação política neste domínio.

Quanto ao primeiro aspeto, ficou claro que não existe qualquer suporte legal para a ideia de que resposta pública e privada estarão em igualdade de circunstâncias perante a obrigação que cabe ao sistema educativo quanto à educação e formação das crianças e dos jovens.

Os documentos legais estruturantes, pelo contrário, atribuem ao Estado a responsabilidade de criar uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de *toda* a população. O que quer dizer que, no plano legal, o espaço que é permitido ao ensino particular e cooperativo, para além das opções que assumam por sua conta e risco (ainda assim reguladas pelos poderes do Estado), se restringem a margens de complementaridade da rede pública nos casos em que seja indispensável, e só nesses.

A discussão feita pelos participantes permitiu a clarificação destes preceitos legais e, bem assim, dotou os dirigentes do SPN de uma sustentação mais segura e incisiva para as muitas discussões públicas que se avizinham.

Quanto ao segundo aspeto, a discussão partiu da perceção de que há um combate ideológico já com algumas dezenas de anos, a nível mundial, entre uma visão progressista de organização das sociedades que assenta numa ideia de bem-estar comum, de acesso generalizado e fruição equitativa de valores essenciais, com a educação e a cultura entendidos como direitos humanos, e uma conceção retrógrada e conservadora de que há valores e saberes de usufruto exclusivo das elites, por contraponto a outros, subalternizados e desvalorizados, que se dirigem ao comum dos cidadãos. Esta perigosa visão aponta para estratificações sociais vincadas e duradouras que, em última análise, empobrecem a democracia que soubemos criar em Abril de 1974.

Foi apontado pelos presentes que praticamente todas as medidas tomadas pelo ministério de Nuno Crato vão neste sentido: desde a cadeia de exames nacionais que estabeleceu à valorização dos *rankings* de escolas, da criação de cursos vocacionais à importação acrítica do ensino dual que lhe subjaz, da definição de pretensos saberes essenciais ao desaparecimento puro e simples de algumas disciplinas, do subfinanciamento da Educação – já vamos em apenas 3,8% do PIB – ao despedimento massivo de professores, do florescimento dos mega-agrupamentos ao encerramento de escolas, entre muitos outros indicadores. Tudo está ao serviço de um retrocesso na Educação que atira a escola portuguesa para níveis de 1973, ano em que a chamada *Reforma Veiga Simão* tentava salvar a face do sistema educativo fascista.

Foi debatida ainda outra faceta importante desta ofensiva e deste descalabro, avivada pela recente apologia do chamado cheque-ensino, uma das medidas usadas para cumprir o objetivo de financiar a resposta privada em Educação, sempre pretendida pelos dois partidos que sustentam a coligação no poder. Esta medida foi aplicada em alguns países, com péssimos resultados quase sempre, mas faz parte das políticas neoliberais, que, diga-se, já viveram melhores dias.

A privatização do ensino e até a institucionalização do chamado mercado da educação fez sempre parte da cartilha neoliberal que foi prevalecendo um pouco por toda a parte.

Rechaçar estas políticas é tarefa de todos os que não se reveem nestas soluções. E, tal como se disse nas Jornadas Sindicais do SPN, se elas já grassaram e tiveram o seu tempo num conjunto de países que as souberam varrer para o caixote do lixo da História, é chegada a altura de os portugueses iniciarem um percurso semelhante. E se isso é tarefa de todos, os educadores e professores devem integrar o pelotão da frente.

Abel Macedo
Direção do SPN

1º CEB: QUE FUTURO?

O tema proposto, de inegável interesse, seja do ponto de vista da organização do sistema educativo, seja do ponto de vista da qualidade das aprendizagens e do ensino, seja do ponto de vista da formação dos professores, exige que elejamos uma perspectiva de abordagem focada nas crianças, na igualdade de oportunidades e no inalienável princípio da equidade, frequentemente desprezado pelo Ministério da Educação e Ciência, que, seguindo as pisadas do Governo de permanente empobrecimento do país, do povo e da democracia, sustenta e desenvolve uma política educativa que corrompe a qualidade da Escola Pública e empobrece as aprendizagens dos alunos que provêm dos meios desfavorecidos.

Este é um problema ético, político e social de grande relevância que deve mobilizar todos os democratas no sentido de impedirem que um Governo orientado por um iníquo, impiedoso e fanático pensamento neoliberal, porventura o mais hediondo avatar do capitalismo, intente, logo no 1º Ciclo do Ensino Básico, discriminar negativamente aqueles que a sociedade já discriminou.

Este Governo, na esteira de muitos outros, está possuído de um furor legislativo gerador de instabilidade nas escolas e responsável por sobreposições normativas que em nada contribuem para um clima escolar propiciador de melhores e mais aprendizagens. Esta fúria errática de diplomas legais sobre diplomas legais tem sido condenada ao longo do tempo pelo Conselho Nacional de Educação e pela Federação Nacional dos Professores (FENPROF) e seus sindicatos, que referem que a Educação precisa de uma visão estratégica coerente, de estabilidade e de recursos humanos, pedagógicos e financeiros que assegurem à Escola Pública a possibilidade de contribuir para a construção de um futuro melhor, mais justo e solidário.

Deste ponto de vista, a Lei de Bases do Sistema Educativo (1986) continua a ser um pilar que não se pode destruir. No caso vertente do 1ºCEB, aliás de todo o Ensino Básico, a LBSE defende que deve “assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses”, que Lemos Pires comenta deste modo: “retenhamos quatro ideias aqui contidas. A primeira é de que o ensino básico conduz a uma formação; segunda, que esta formação é geral e não especializada; a terceira é de que é comum e não socialmente diferenciada; finalmente que é destinada a todos os portugueses e portanto que é universal” [«Memórias da construção de uma lei»].

Se tivermos em conta o que o MEC tem feito ao arrepio das insuspeitas palavras de Lemos Pires, só nos resta manter a nossa resistência combativa, de que a Fenprof e os seus sindicatos são um exemplo ímpar, e aprofundar a reflexão sobre o multifacetado tema com que, em boa hora, o Sindicato dos Professores do Norte, no interior das suas estruturas, desafiou o espírito crítico dos dirigentes para um debate útil e necessário.

A CRIANÇA NO CENTRO E UMA
EDUCAÇÃO À SUA MEDIDA

*Paulo Sucena,
Conselho Nacional de Educação*



QUESTIONAMENTOS E/OU PROVOCAÇÕES

Rui Pedro Palma
Direção Distrital
SPN/Viana do Castelo

O ano letivo 2013/2014 vai, certamente, ficar marcado pelos piores motivos na longa história do Ensino Primário/1º Ciclo do Ensino Básico. As várias mudanças impostas pelo Ministério da Educação não indiciam nada de positivo, pois as consequências já observáveis no quotidiano das escolas em nada beneficiam a ação de professores, alunos, funcionários e pais/encarregados de educação.

Assim, na qualidade de professor que leciona numa pequena escola de meio rural, e também de dirigente sindical, proponho-me enquadrar o assunto, abordar de forma necessariamente sintética algumas das suas variáveis e lançar/promover a discussão de questões controversas.

Desde logo, não podemos olvidar que estamos num mundo pós-moderno com novas roupagens, mas com os temas de sempre. Como refere o sociólogo Manuel Carlos Silva, “o tema das classes não é axiológica e/ou politicamente neutro. Não está na moda, mas é uma velha e nova questão com diversos posicionamentos científicos, políticos e ideológico/utópicos e com repercussões na vida quotidiana das pessoas”. Vivemos num país desgovernado em que se retiram direitos aos trabalhadores, mas não se podem renegociar as PPP’s e trabalhamos numa área – educação – em que se maltrata a Escola Pública e se reforça o financiamento ao ensino privado.

No Ensino Primário apregoam-nos uma nova Escola, com odor a bafio, em que o objetivo, da Escola Pública e Democrática, de formação integral do indivíduo não se conjuga com a organização dos horários letivo e de trabalho dos professores, com as novas metas curriculares, com o tempo pré-definido para as áreas de expressão e o aumento do tempo, inclusive no apoio ao estudo, para Português e Matemática, com a introdução dos exames nacionais e com a organização das atividades de enriquecimento curricular. Continuamos a assumir uma conceção de escola/agrupamento como espaço homogéneo, independentemente dos contextos, das escolas, dos professores, dos ciclos de ensino, das crianças, dos alunos.

Observamos uma colonização do Ensino Primário pelos outros ciclos de ensino, induzindo/impondo conceções e práticas sem que se atenda à especificidade da sua prática pedagógica, não só pelo regime de monodocência e pela interdisciplinaridade que daí resulta (ou deveria resultar), mas também pela sua irrefutável fundamentação psicopedagógica.

Acreditamos na constituição dos agrupamentos (*ajuntamentos*) de escolas como modelo ideal/único para a construção da paridade entre os diferentes ciclos de ensino e de uma efetiva sequencialidade entre ciclos, pela possibilidade de construção dos currículos/programa e de conhecimento efetivo da realidade da Educação Pré-Escolar e do Ensino Primário.

Sobre os temas quentes do momento (horário letivo e intervalos), pergunto: se o horário letivo semanal tem de ser obrigatoriamente definido por blocos/áreas, por que não defender/exigir, desde já, um horário de 22 horas/tempos também para o 1º ciclo? Se não o fizermos, poderemos estar a permitir/aceitar o alargamento do horário de trabalho para todos os professores, numa postura governativa bem atual de harmonização no retrocesso. Quanto aos intervalos, entendo que, para uma discussão coerente e consistente, deveremos atender a questões como o tempo de trabalho da criança, a necessidade/exigência de atividades livres e as conceções de criança e de aluno que advogamos/praticamos.

Como questionamentos e/ou provocações deixo as seguintes notas:

1. Definição da rede escolar assente em centros escolares e a sua integração com o modelo de desenvolvimento do país – e conseqüente despovoamento/desertificação – e também com a gestão da despesa pública, atendendo a que já é visível a inexistência de alunos em número suficiente para alguns centros escolares;
2. Aprofundamento das clivagens entre professores em luta pelo posto de trabalho e necessidade de reflexão sobre o nosso posicionamento entre a exigência de uma formação profissional qualificada para a lecionação e a defesa da garantia do posto de trabalho;
3. Disciplinarização do Ensino Primário facilitada pela entrada na profissão de um novo grupo de professores, com a formação de base das ESEs e uma compreensível preferência pela lecionação na área de formação específica, e as consequências que daí poderão resultar, pelas alterações curriculares e pela redução de tempos letivos e de horários de trabalho.



O REFORÇO DO SPN E...

Manuela Mendonça
coordenadora do SPN

Refletindo sobre o papel do SPN, alguns desafios se colocam. Desde logo, o reforço e consolidação da sua imagem institucional em dois níveis estratégicos:

- representação, quer pelo número de sócios, quer por uma ação sindical consonante com as aspirações e as necessidades dos professores, que lhe permitam afirmar-se como “a força e a vontade dos professores do Norte”;

- influência, quer pela intervenção consistente junto dos parceiros educativos e de outros atores sociais, quer pela promoção pública de um projeto que conjuga a combatividade socioprofissional com a defesa da democratização da Escola e do sistema educativo – de que os sindicatos de professores são protagonistas importantes, mas não exclusivos. A afirmação do SPN deve ser sustentada numa intensa atividade nas escolas, sublinhando a importância e o papel dos sindicatos num tempo marcado por crescentes sentimentos de insegurança e medo e que impõe respostas coletivas.

O processo de luta que os professores protagonizaram no ano letivo passado reforçou a ligação dos sindicatos da Fenprof às escolas. Importa manter e aprofundar essa ligação, desenvolvendo uma ação mais dirigida à sindicalização, porque

apesar das várias dificuldades (cortes salariais, congelamento de progressões, aposentações antecipadas, precariedade e desemprego), há margem e potencial de crescimento. Este desafio é decisivo para o futuro do SPN, mesmo ao nível da sua sustentabilidade financeira.

As diferentes realidades dos seis distritos que constituem a área geográfica do sindicato não impedem perspetivas comuns quanto à forma de tornar o SPN mais presente nas escolas e junto dos professores: reuniões e visitas regulares às escolas, eleição de delegados sindicais, realização de jornadas pedagógicas e/ou outros espaços de debate e reflexão, de formação sindical e, quando possível, de formação contínua de professores.

Acresce, ainda, a necessidade de desenvolver algumas frentes no plano interno: atendimento a sócios, nas vertentes de informação e apoio jurídico (área da maior importância para o sindicato); trabalho com jovens professores, nomeadamente através da Comissão de Contratados e Desempregados, favorecendo uma renovação geracional também ao nível de quadros sindicais; criação de um departamento de professores aposentados, que fomenta o seu envolvimento na vida do sindicato.

...A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE

NA AÇÃO

A construção da unidade na ação deve ser equacionada a vários níveis:

- Entre professores. A profissão docente é caracterizada por grande heterogeneidade: formação académica e profissional, setor de ensino e tipo de escola, diversidade ou mesmo antagonismo de perspetivas pedagógicas e políticas, etc. Não surpreende que várias tentativas para unificar a luta se tenham confrontado com tendências divisionistas, e muitos professores continuam a valorizar mais o que os distingue do que o que têm em comum. Importa refletir sobre como tornar a heterogeneidade uma mais-valia.

- Com outras organizações representativas dos professores. Um processo complexo, mas que se revelou decisivo para o sucesso das lutas contra Lurdes Rodrigues e Nuno Crato. O SPN defende

este esforço de unidade, apesar de existir no Norte uma maior “concorrência” entre sindicatos.

- Com os restantes trabalhadores, o que obriga a refletir sobre a participação e o envolvimento do SPN na CGTP-IN (e respetivas uniões distritais) e na Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública.

- Com outros atores e movimentos sociais, porque a dimensão dos ataques que enfrentamos exige que sejamos capazes de contribuir para ampliar e articular o campo da resistência social.

Tudo isto implica reflexão sobre as políticas reivindicativas e as formas de luta, cuja eficácia é preciso avaliar a cada momento, evitando a rotinização de lutas sucessivas com reduzida participação e melhorando a articulação e coordenação da ação.

Açoreana SPN Protecção Saúde

Valorize os elementos principais da sua vida:
a sua saúde e a dos seus.



CAMPANHA ESPECIAL

Por ocasião da **Abertura do Ano Lectivo 2013/2014**, até **30 de Setembro de 2013**, todas as **novas adesões ao Seguro de Saúde**, beneficiarão da **isenção de períodos de carência** (excepção apenas para a cobertura de Parto), de uma cobertura de **Acidentes Pessoais**, com um capital de **10.000,00€** por Morte ou Invalidez Permanente e da **oferta de 1 Kit de Primeiros-Socorros**.



Os planos **AÇOREANA Protecção Saúde** foram pensados e desenvolvidos pela AÇOREANA e pela SECRE de modo a permitir aos **sócios do SPN e respetivos agregados familiares**, o acesso à maior rede de médicos, hospitais e clínicas, incluindo a assistência médica ao domicílio, de modo a garantir que **connosco está seguramente melhor**.

Saiba mais sobre estas **ofertas** em:
www.secre.pt/spn.



800 202 675
Continuamos ao seu dispor
(das 9h às 18h00 e das 14h00 às 18h00)



CRATO ESTÁ A IMPLODIR A EDUCAÇÃO PÚBLICA

1. Percentagem da população que completou pelo menos a educação secundária

	25-64	25-34	35-44	45-54	55-64
Portugal	32	52	34	22	16
UE21	75	83	80	73	64

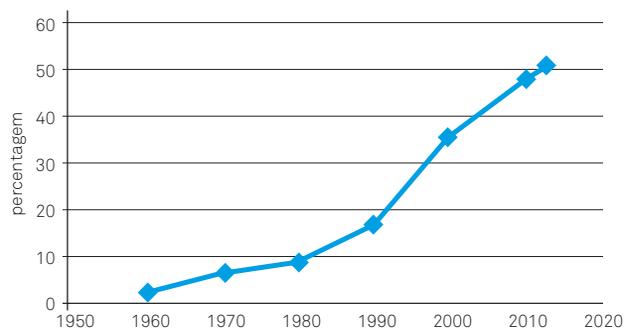
Fonte: OCDE, Education at a Glance 2012

2. Percentagem da população que atingiu a formação superior

	25-64	25-34	35-44	45-54	55-64
Portugal	15	25	16	10	9
Finlândia	38	39	46	39	30
Espanha	31	39	35	26	18
UE21	28	35	30	25	20

Fonte: OCDE, Education at a Glance 2012

Percentagem de jovens na faixa 18-24 anos a frequentar o Ensino Superior



A política seguida por Nuno Crato e pelo Governo vai traduzir-se no regresso de Portugal ao passado, num país atrasado, com uma população sem a formação adequada para uma sociedade do século XXI, com salários baixos, disposta a aceitar condições miseráveis de trabalho e a emigrar.

Nas últimas quatro décadas, Portugal fez um enorme esforço no desenvolvimento do sistema de Ensino Superior. Alguns números ajudam a ilustrar esse percurso. Em 2012, 390.000 estudantes estavam matriculados no Ensino Superior. Tendo em atenção que existem cerca de 798.000 jovens entre os 18-24 anos, tal significa que cerca de 48 em cada 100 jovens nesta faixa etária frequentar o Ensino Superior.

Importa, contudo, perceber estes números no contexto da evolução nas últimas décadas. O gráfico ao lado apresenta a percentagem de jovens na faixa etária 18-24 que frequentam o Ensino Superior. Assim, no início de 1970, seis em cada 100 jovens frequentavam o Ensino Superior, e de 1980 para 2000 deu-se a grande expansão, passando-se de nove para 35 em cada cem. A partir de 2000, o crescimento foi muito mais lento – atualmente, cerca de 80% dos estudantes estão inscritos em estabelecimentos de Ensino Superior do setor público.

Apesar do enorme esforço realizado, o acesso a uma formação de nível superior continua a ser muito determinado pelas diferenças de origem socioeconómica. Para se ter uma ideia da desigualdade no acesso, as chances de um jovem cujos pais não possuem educação superior frequentar este sistema são de 0,65 (num sistema equitativo as chances deviam ser próximas de 1), enquanto para jovens cujos pais possuem educação superior, as chances são de 3,3. Portugal e a Turquia são os únicos países em que este valor está acima de três. Sucede, assim, que a origem social é um poderoso determinante no acesso ao Ensino Superior em Portugal.

FINANCIAMENTO DO SISTEMA. No espaço europeu, só quatro países cobram propinas acima dos 1.200 dólares: Itália, Holanda, Portugal e Reino Unido – sendo que nos cinco países nórdicos, na República Checa e na Irlanda não há lugar a cobrança de propinas. Sabe-se que o nível das propinas, associado à presente crise económica, tem impacto muito significativo no acesso e na equidade, como os relatos de abandono e atraso no pagamento das propinas parecem confirmar.

Portugal gasta cerca de 10.480 dólares por estudante, o que nos situa ligeiramente acima da Islândia (9.938), Itália, República Checa e Polónia (7.776) e atrás da Suíça (21.577), Suécia, Noruega, Dinamarca, Irlanda, Espanha (13.613) e Brasil (11.740), sendo a média da OCDE de 13.727 dólares. Portugal, como se pode constatar, está muito atrás da maioria dos países do espaço europeu, diferença que se agravou com os cortes no financiamento do Ensino Superior público impostos pelo atual governo e que situam o financiamento a nível do orçamento de 2005.

Contudo, o financiamento só cobre cerca de 70% dos custos, o que significa que as famílias portuguesas são das que mais esforço fazem para que os seus jovens frequentem o Ensino Superior, muito



HENRIQUE BORGES

acima de países como a Noruega e a Finlândia (cerca de 4%) ou da Espanha (cerca de 20%). Acresce que no período 2000-2009, em Portugal, o esforço de financiamento aumentou cerca de 22% e foi um dos maiores em todos os países da OCDE.

DIFERENÇAS SIGNIFICATIVAS. Como se pode ver na tabela 1, Portugal apresenta um défice enorme em todos os grupos etários considerados, relativamente à média da Europa a 21, em termos da percentagem da população, por faixa etária, que completou pelo menos a educação secundária. Portugal encontra-se no último lugar da tabela dos países europeus, bem atrás da Espanha (54%), Grécia (66%) e Finlândia (88%). Superar esta diferença irá requerer um investimento continuado no sistema educativo e será um desígnio para muitos anos.

Já no que respeita à percentagem da população que atingiu a formação superior, a tabela 2 mostra que Portugal apresenta uma diferença de formação relativamente à Europa21, em todas as faixas etárias. Importa reconhecer que apesar do enorme esforço que realizámos nas últimas décadas, em particular no período 1975-2000, esse esforço não foi suficiente para esbater a diferença em relação aos nossos parceiros europeus. De facto, os outros países não estiveram parados e, por isso, a nossa posição relativa continua nos últimos lugares da tabela. Torna-se, por isso, relevante referir que de 2000 para cá, o recrutamento de jovens na faixa etária 18-24 se tem mantido estável, o que faz com que a distância não diminua e, bem pelo contrário, se agrave.

A tabela 2 mostra ainda como a Finlândia apresenta valores percentuais muito mais elevados e que também em relação a Espanha a distância é enorme, sendo a percentagem duas vezes mais elevada na população geral relativamente a Portugal.

FUTURO COMPROMETIDO. A política austeritária, socialmente criminosa, seguida pelo atual Governo e diligentemente prosseguida pelo ministro da Educação e Ciência, prepara-se para fazer mais cortes no financiamento do sistema de Ensino Superior público. Tal política ainda agravará mais a distância, em termos de qualificação, face aos nossos parceiros do espaço europeu. E o que os números nos mostram é que não há instituições públicas em excesso, mas poucos jovens no sistema, impedidos de lhe aceder por razões de natureza económica. Acresce que a rede pública, em particular a rede do sistema politécnico, tem contribuído de forma notável para a equidade no acesso a uma formação de nível superior.

No final, a política seguida pelo ministro e pelo Governo vai traduzir-se no regresso de Portugal ao passado, num país atrasado, com uma população sem a formação adequada para uma sociedade do século XXI, com salários baixos, disposta a aceitar condições miseráveis de trabalho e a emigrar.

Nuno Crato, que no seu tempo de comentador afirmava que pretendia implodir o Ministério da Educação, está a conseguir implodir, isso sim, o sistema de educação pública em Portugal, comprometendo de forma drástica o papel da educação na mobilidade social. Razão tinham aqueles que sempre afirmaram que o *antieduquês* era uma ideologia. Vemos, em toda a sua extensão, no que se tem traduzido a ideologia neoliberal aplicada por um novo convertido.

A defesa do sistema público de educação, de uma educação de todos e para todos, constitui um imperativo moral que deve mobilizar a sociedade portuguesa e, em particular, estudantes, funcionários e professores.

JULHO

I Série

30. Decreto-Lei 105/13

Altera o DL 118/83, o DL 158/2005 e o DL 167/2005, revendo os descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde, concretamente da ADSE, da ADM e da SAD.

II Série

25. Despacho 9820/13

Nomeação da comissão independente que aprecia os recursos da decisão sobre o requerimento de bolsa de estudo de estudantes de estabelecimentos de Ensino Superior privado.

29. Despacho 9903/13

Nomeação da comissão de peritos que apreciará os pedidos de admissão ao contingente especial de candidatos portadores de deficiência física ou sensorial para o concurso nacional de acesso e ingresso no Ensino Superior público.

29. Despacho 9913/13

Prorrogação do Despacho 9006/2012, que cria a Equipa de Estudos de Educação e Ciência.

31. Aviso 9776/13

Listagem de estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo abrangidos pelos regimes de autonomia/paralelismo pedagógico no ano letivo 2012-2013.

AGOSTO

I Série

07. Decreto-Lei 115/13

Procede à terceira alteração ao DL 74/2006, que aprova o regime jurídico dos graus académicos e diplomas do Ensino Superior, em desenvolvimento do disposto na Lei 46/86 (Lei de Bases do Sistema Educativo).

21. Decl. Retificação 37/13

Retifica a Portaria 230-A/2013, do Ministério da Educação e Ciência, que procede à terceira alteração à Portaria 756/2009, que estabelece

as regras de designação de docentes para as funções de professor bibliotecário e coordenador interconcelhio para as bibliotecas escolares.

27. Lei 64/13

Regula a obrigatoriedade de publicação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, procede à primeira alteração ao DL 167/2008 e revoga a Lei 26/94 e a Lei 104/97.

29. Decreto Regulamentar 5/13

Define a composição e o modo de funcionamento do Conselho das Escolas e aprova o regulamento eleitoral dos respetivos membros.

30. Resolução Cons. Minist. 57/13

Aprova um regime excecional de dispensa de serviço público dos trabalhadores da Administração Pública que cumulativamente detenham a qualidade de bombeiro voluntário, quando sejam chamados pelo respetivo corpo de bombeiros para combater um incêndio florestal.

II Série

02. Regulamento 294/13

Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da Universidade Aberta.

09. Despacho 10.433/13

Criação das unidades orgânicas.

09. Despacho 10.434/13

Equipas multidisciplinares.

09. Despacho 10.435/13

Definição das áreas territoriais.

13. Aviso 10.215/13

Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de setembro de 2013.

16. Aviso 10.352/13

Regulamento para Atribuição do Título de Especialista pelo Conservatório Superior de Música de Gaia.

21. Edital 821/13

Abertura de concurso documental,

para a ocupação de dois postos de trabalho na categoria de professor-coordenador, da carreira do pessoal docente do Ensino Superior Politécnico, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na área disciplinar de Ambiente e Recursos Naturais, para a Escola Superior Agrária de Bragança.

26. Despacho 10.980/13

Prorrogação do prazo de apresentação do pedido de reconhecimento do ensino ministrado com currículo e programas portugueses até 31 de dezembro de 2015.

30. Despacho 11.263/13

Prorrogação do despacho 9.009/2012, que cria a Equipa de Projeto de Gestão Documental e Certificação da Qualidade.

II Série – Suplemento

05. Despacho 10.284-C/13

Aprova a rede de cursos de ensino de Português no estrangeiro para o ano letivo de 2013/2014, bem como os horários e lugares a preencher no âmbito da reserva de recrutamento de pessoal docente do Ensino de Português no Estrangeiro.

SETEMBRO

I Série

02. Aviso 90/13

Torna público o depósito, junto da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), de várias notificações de sucessão à Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino, adotada em Paris, na 11ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, em 14 de dezembro de 1960.

12. Lei 75/13

Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transfe-

rência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

I Série – Suplemento

06. Resolução Cons. Ministros 57-B/13

Autoriza a realização da despesa com a aquisição de serviços de fornecimento de refeições em refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação do continente, no ano letivo de 2013-2014.

II Série

06. Aviso 11.118/13

Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de outubro de 2013.

09. Despacho 11.664/13

Designa os representantes para o conselho científico do IAVE, I.P.

12. Despacho 11860/13

Autoriza o diretor-geral da Educação a assumir compromissos plurianuais.

12. Despacho 11.861/13

Medidas de ação social escolar a aplicar no ano escolar 2013-2014.

II Série – Suplemento

09. Despacho 11.699-B/13

Subdelegação de competência no Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, João Casanova de Almeida.

10. Despacho 11.746-A/13

Subdelega competências no diretor-geral dos Estabelecimentos Escolares, José Alberto Moreira Duarte.

11. Despacho 11.838-A/13

Valorização do ensino do inglês.



ANA ALVIM

DIREITO AOS DIREITOS

COMPENSAÇÃO, AMAMENTAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO

“O meu ponto neste artigo é que o Governo e os seus propagandistas, ao porem em causa os ‘direitos adquiridos’ quando eles se referem a pensões, salários, direitos laborais e emprego, estão também a deslegitimar os outros contratos e a semear a ‘revolução’. Assim mesmo, a ‘revolução’, defendendo uma sociedade em que o Estado e, mais importante, a lei ou a ausência de lei em nome da ‘emergência financeira’, não assegura qualquer ‘princípio de confiança’, ou seja, os pactos feitos na sociedade, pelo Estado, pelas empresas, pelas famílias, pelos indivíduos.”

*José Pacheco Pereira
abrupto.blogspot.com*

Em janeiro de 2009 entrou em vigor o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP), aprovado e publicado pela Lei nº 59/2008, de 11 de setembro. Foi a partir dessa data, do início de vigência deste novo regime de regulação das relações laborais dos funcionários da Administração, consequente à Lei nº 12-A/2008, de 27 de setembro (vínculos, carreiras e remunerações), que foram celebrados os primeiros contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo.

Nesse primeiro ano de vigência, aquando da sua cessação e sem que existissem instruções conhecidas da Administração Central, vários serviços e órgãos do Estado procederam ao pagamento da compensação pela caducidade dos contratos a termo em funções públicas. No que à educação respeita, agrupamentos e escolas não agrupadas interpretaram e aplicaram os artigos 252º e seguintes do RCTFP procedendo ao pagamento da compensação aí estabelecida.

Este cenário mudou a partir do ano letivo 2010/2011, pois a então Direção-Geral dos Recursos Humanos da Educação (DGRHE), através de várias circulares, foi perentória ao considerar que do artigo 252º do RCTFP não resultava qualquer obrigatoriedade de pagamento da compensação pela caducidade



ANA ALVIM

dos contratos, pelo que os agrupamentos e escolas se encarregaram do cumprimento desse entendimento.

As associações sindicais de professores apontaram, no entanto, para entendimento diverso, permitindo que os docentes contratados recorressem aos tribunais administrativos, de modo a exigir o cumprimento da lei. São já centenas as sentenças que condenaram o Ministério da Educação e Ciência (MEC) nesta matéria. Sem prejuízo das decisões judiciais em sentido contrário, a verdade é que a proporção de sentenças favoráveis é justamente compreendida pela expressão jurisprudente maioritária. A luta por este direito junto dos tribunais foi e continua a ser muito relevante quanto ao número de ações intentadas contra o MEC, existindo ainda um significativo número de ações pendentes.

INTERPRETAÇÃO ALTERADA. Nesta senda, chegados a junho de 2013, o MEC, através de nova circular da agora Direção-Geral da Administração Escolar, alterou o seu entendimento, ordenando – o termo adequado não pode ser outro – o pagamento da famigerada compensação. A razão alegada para esta mudança interpretativa da lei reside numa alteração à letra do artigo 252º do RCTFP. A compensação que decorria da não comunicação, pelo empregador, da vontade de renovar o contrato, passou a dever-se à caducidade que não decorra da vontade do trabalhador – sem dúvidas quanto ao desejável e evidente aperfeiçoamento e clarificação da letra da lei, não creio que o espírito da norma, o intuito primordial que levou o legislador à sua redação, se tenha alterado.

Infeliz coincidência para os trabalhadores, a modificação introduzida na redação da norma não ficou por aí, tendo igualmente sido alterado o montante da compensação, passando a medida dos 2 ou 3 dias por mês de duração do contrato para os 20 dias por cada ano completo de antiguidade. A própria circular demonstra, exemplificando, que se trata de uma diminuição do montante devido e que será pago aos professores contratados que viram o seu contrato cessar após a entrada em vigor da Lei nº 66/2012, de 31 de dezembro.

Em conformidade com este enquadramento, todos os docentes contratados que viram os seus contratos cessar após 1 de janeiro de 2013 deverão exigir junto dos agrupamentos onde lecionaram o pagamento da compensação pela caducidade dos seus contratos a termo resolutivo, certo ou incerto.

Dispensa para amamentação ou aleitação

Ainda no domínio dos direitos laborais, este aplicável aos docentes e demais trabalhadores dos setores público e privado, analisemos o direito à dispensa para amamentação ou aleitação e algumas das questões que nos têm sido colocadas.

A primeira respeita à aplicação da Circular nº 6/05, de 18 de maio (DGRHE). Esta circular interpretava a Lei 99/2003 (Código do Trabalho de 2003) e a Lei 35/2004. Estes diplomas legais foram revogadas pela Lei 7/2009 (Código do Trabalho atual), pelo que aquela circular deixou, em meu entender, de ter relevância prática. A circular interpretativa não constitui uma norma com eficácia externa – não cabendo, por isso, no âmbito do nº 6 do artigo 112º da Constituição.

Trata-se apenas da interpretação efetuada por uma parte – neste caso, o MEC através da DGRHE – em relação a uma matéria de direito, concretamente o direito de redução para amamentação.

Assim, não podemos em bom rigor dizer que a mesma foi revogada. Aquilo que podemos afirmar é que a referida circular fazia a interpretação e transposição para o universo docente de um direito contido em leis que foram, essas sim, revogadas. Logo, a lógica indica que essa interpretação deixa de fazer sentido – se a lei subjacente à circular deixou de vigorar e o direito em causa foi reformulado, a interpretação da lei revogada perece naturalmente.

Não obstante, atendendo a que há agrupamentos/escolas a aplicar as instruções contidas na circular, a conclusão é de que o estão a fazer mal, ou seja, estão a interpretar e aplicar de forma errada (ilegal) o direito vigente. Em conformidade, as docentes poderão reclamar, opondo-se à aplicação da circular e exigindo o cumprimento da Lei do Trabalho.

ESPECIFICIDADE DOCENTE. Vejamos então o conteúdo do direito constante do artigo 47º do Código do Trabalho (Lei 7/2009). O CT estabeleceu a este propósito uma dispensa do trabalho para a amamentação ou aleitação. No caso da amamentação, durante todo o tempo que a mesma durar, ao passo que na aleitação, a dispensa, que pode ser usufruída por qualquer um dos progenitores, poderá durar até que a criança perfaça um ano de idade.

Em termos simples, esta norma confere às trabalhadoras o direito a usufruir de dois períodos diários para amamentação, de



duração máxima de uma hora cada – sem prejuízo de o CT conferir também um direito aos progenitores homens, em caso de aleitamento. O CT prevê ainda este direito para o trabalho a tempo parcial (horários incompletos): a regra adotada nestes casos é a da proporcionalidade face ao período normal de trabalho, não podendo a dispensa para amamentação ou aleitação ter uma duração inferior a meia hora.

Este enquadramento, aparentemente linear, suscita dúvidas muito concretas quando transposto para o universo docente, porquanto as especificidades do horário dos professores não são naturalmente consideradas pela regra geral e abstrata. Assim, sobretudo no caso dos horários incompletos, nem sempre é simples a aplicação desta regra. No entanto, a verdade é que não existe qualquer regulamentação específica, pelo que consideramos que a única solução conforme à lei passa por aplicar e adaptar ao caso concreto as regras acima enunciadas. Somando às especificidades do horário dos docentes, as conveniências dos serviços e o espírito pedagógico que se impõe, urge uma regulamentação que adeque a regra contida no CT a este universo de trabalhadores. Fica a referência para o necessário detalhe.

Governo vs Tribunal Constitucional

Para terminar, é imperativa uma referência à recente decisão do Tribunal Constitucional (TC) vilipendiada pelos agentes políticos. Falo, obviamente, da decisão sobre a requalificação dos trabalhadores em funções públicas e não da decisão que versou sobre as recandidaturas dos autarcas.

Mais do que o plano jurídico, no qual acolho os fundamentos e sentido decisório

do TC, surpreende-me continuamente a reação governativa, numa reiterada ofensa ao poder judicial e seus operadores, que mais não são do que o desrespeito pelas instituições e fundamentos do Estado de Direito Democrático. As reiteradas tentativas de ofensa e condicionamento da liberdade de entendimento dos juizes do TC são um verdadeiro atentado, um exercício deprimente de responsabilização bacoca do Tribunal pelos erros de governantes, estes e outros. Se ainda recebo com a referida surpresa estes ecos que inevitavelmente somos compelidos a escutar, nenhuma estranheza ou espécie me causa a ausência de reação do Presidente da República (PR). A sua esfera de atuação resulta, em grande medida, da interpretação que o detentor do cargo faça em determinado momento sobre os poderes que a Constituição lhe acomete.

Só por distração e desconhecimento das ideias de Cavaco Silva poderia admirar o seu silêncio. Se é verdade a minha ausência de surpresa, é igualmente certo que me continua a chocar, olhando ao momento histórico e ainda mais às circunstâncias deste episódio em concreto.

TUDO COMO ANTES. O PR requereu a apreciação preventiva da constitucionalidade de alguns artigos contidos no Decreto nº 177/XII, da Assembleia da República. Fê-lo ao abrigo da Lei objeto de juramento e em respeito pela mesma. Requereu-o, naturalmente, por considerar as normas jurídicas colocadas em crise, violadoras da lei fundamental ou, direi em critério mínimo, por duvidar da adequação daqueles artigos ao texto e espírito da Constituição.

O TC acolheu, na sua essencialidade, os argumentos invocados pelo PR, deliberando

pela inconstitucionalidade dos dois artigos cuja inconstitucionalidade foi requerida, sem prejuízo das declarações de voto que o acórdão contém. O primeiro-ministro reagiu como havia antecipado, nos mesmos tom e conteúdo, criticando a decisão judicial, culpando-a pelo que veio e pelo que há de vir, ameaçando com impostos como única fuga ao controlo da Lei (será que pode ser mesmo assim?). Tudo por causa da interpretação do princípio da confiança, que afinal está apenas ínsito, apregoam.

Não consigo deixar de pensar que o acórdão do TC confirma as certezas ou dúvidas que levaram o PR ao requerimento inicial e continuo sem perceber se as opiniões e ameaças de quem governa se destinavam apenas a quem julgou ou se não alcançaram também o autor da iniciativa do procedimento de fiscalização. Acima de tudo, pareceu-me despropositado e muito grave. Se a ironia for auxílio, posso dizer que assisti pela televisão a um ataque como não recordo às instituições, aos seus titulares e, mais do que tudo, a todos nós, ameaçados porque a Lei e as decisões judiciais “merecem respeito”. Admiração maior, tudo continua como antes.

*José Miguel Pinho
advogado do SPN*

Chora por mim ó minha infanta / Escorre sangue
o céu e a terra / Ah pois por mais que seja santa /
A guerra é a guerra
[Fausto, 1982]

A GUERRA É A GUERRA

“Os tambores da guerra rufam mais uma vez no Médio Oriente, desta vez com a possibilidade de um ataque iminente à Síria, após a alegada utilização de armas químicas pelo seu governo. É precisamente em tempos de crise como este que a defesa da paz pode ser feita da maneira mais clara e mais óbvia.” É com estas palavras que começa um *manifesto* em que os signatários, antigos altos funcionários das Nações Unidas, fazem um apelo veemente à paz e contra uma intervenção militar externa na Síria. O manifesto “Plaidoyer pour la paix en Syrie” – que pode ser consultado em www.lemonde.fr/idees/article/2013/09/02 – diz ainda: “Em primeiro lugar, não temos qualquer prova sólida de que o governo sírio tenha utilizado armas químicas. Mesmo se tal prova fosse apresentada por governos ocidentais teríamos de permanecer cépticos, recordando os muitos incidentes dúbios ou falsificados utilizados para justificar corridas à guerra: o incidente do Golfo de Tonquim, o massacre de bebés na incubadora do Kuwait, o massacre Racak no Kosovo, as armas de destruição maciça no Iraque e a ameaça de um massacre em Bengazi. Vale a pena notar que a evidência que aponta a utilização de armas químicas pelo governo sírio foi proporcionada aos Estados Unidos pela inteligência israelense, a qual não é exactamente um actor neutro.”

A PAZ SOB AMEAÇA. Não sei se é verdade que “o material de inteligência reunido para provar a culpa do governo sírio pelo suposto uso de armas químicas foi fabricado por membros da comunidade de espionagem americana para enganar o presidente Barack Obama e convencê-lo a tomar medida de punição”, de acordo com declarações prestadas pelo ex-analista e veterano da CIA, Ray McGovern, à agência de notícias russa RT, referindo ainda o facto de John Brennan, diretor da CIA, estar a cometer a mesma fraude pré-Iraque sobre os membros do Congresso americano, os media e o público. Sou dos que pensam que, mesmo com o aval do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e tal não aconteceu, uma intervenção militar na Síria não faz qualquer sentido e constituiria sem-

pre um crime contra a paz. Cabe lembrar a Carta das Nações, que sublinha, no artigo inicial, que o primeiro objetivo da ONU consiste em “manter a paz e a segurança internacionais” e em “reprimir qualquer acto de agressão ou outra ruptura da paz”. Todos sabemos que os Estados Unidos são o país que mais fabrica e vende armas no mundo. Todos sabemos que são a única nação que já lançou bombas atómicas contra populações civis e que, por tradição, estão sempre em guerra com alguém. É por isso que sou, também, daqueles muitos – americanos incluídos – que, por todo o mundo, pensam que a maior ameaça à paz universal vem da administração norte-americana, a quem o dramaturgo Harold Pinter chamou já de “besta sedenta de sangue”. Não sei quantas mais vezes será necessário cobrir com uma cortina a Guernica de Picasso, para que os tambores da guerra não sejam perturbados.

ESCOLHER O MELHOR. Lembro José Saramago, em março de 2003, na grandiosa manifestação contra a guerra no Iraque realizada em Madrid: “A terra pertence aos povos que a habitam, não àqueles que, servindo-se de uma representação democrática descaradamente pervertida, os exploram, manipulam e enganam. A partir de hoje não se tratará simplesmente de dizer ‘Não à guerra’, mas sim de lutar todos os dias e em todas as instâncias para que a paz seja uma realidade, para que a paz deixe de ser manipulada como um elemento de chantagem emocional e sentimental com que se pretende justificar guerras. Sem paz, sem uma paz autêntica, justa e respeitosa, não haverá direitos humanos. E sem direitos humanos – todos eles, um por um – a democracia nunca será mais do que um sarcasmo, uma ofensa à razão, uma despuorida mentira. Nós que aqui estamos, somos uma parte da nova potência mundial. Assumimos as nossas responsabilidades. Vamos lutar com o cérebro e o coração, com a vontade e o sonho. Sabemos que os seres humanos são capazes do melhor e do pior. Eles (não é necessário dizer agora os seus nomes) escolheram o pior. Nós escolhemos o melhor”.



Henrique Borges,
dirigente do SPN



SOBRE A SÍRIA

Manuel Coimbra
sócio SPN

Fundamentando as minhas afirmações em informações, documentários e opiniões de especialistas que li nos jornais e vi/ouvi em televisões internacionais, tenho a dizer o seguinte sobre a guerra civil na Síria:

- entre as forças rebeldes foram encontrados combatentes mortos com documentos de identidade de países ocidentais – estes combatentes, chamados "chacais", estão ao serviço de países que pretendem derrubar regimes políticos de outros países para aí instalarem os seus interesses político-económicos;
- no início do verão, foram capturados na Turquia, junto à fronteira com a Síria, rebeldes que transportavam armas químicas;
- os serviços secretos da Arábia Saudita actuam no terreno e este país terá fornecido armas químicas aos rebeldes sírios;
- as monarquias árabes, principalmente a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos, o Qatar e o Barhein são politicamente opositoras ao regime sírio e têm-se envolvido neste conflito, em coligação com os Estados Unidos da América (EUA).

Há muitos interesses económicos, políticos e geoestratégicos em jogo na Síria. Deve-se, portanto, aguardar pelas conclusões dos peritos da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre quem foi responsável pela utilização de armas químicas em agosto, provocando a morte de 1.500 civis, entre os quais crianças e mulheres. Qualquer acção militar ou boicote económico àquele país deve ser decidido pela ONU, que é a instituição representativa da comunidade internacional.

Os EUA não têm qualquer legitimidade para intervir militarmente por decisão própria. Estariam a infringir o Direito internacional e a Carta das Nações Unidas, que estabelece que nenhum Estado soberano pode atacar outro se não for em legítima defesa. Ora, a Síria não atacou os EUA, que não poderão fundamentar um eventual ataque alegando a legítima defesa. Assim sendo, um ataque americano unilateral, ou apoiado por alguns aliados, deverá ser condenado pela comunidade internacional e o(s) interveniente(s) julgado(s) no Tribunal Internacional de Haia pelas consequências trágicas que tal atitude pode despoletar: a destruição de um país e a morte de centenas de milhar de inocentes, à semelhança do que aconteceu no Iraque e na Líbia.

O diálogo entre as partes sírias beligerantes deve ser promovido pela ONU como a única forma de se chegar a um entendimento que traga a paz à Síria. Responder à guerra com a guerra nunca foi a decisão mais lúcida, nem sadia, de resolver conflitos bélicos. E muitas vezes as suas consequências são imprevisíveis, levando ao sofrimento e à morte milhões de inocentes.



HENRIQUE BORGES

É JUSTA A LIBERDADE DE ESCOLHER ESCOLA?

A liberdade de escolha da escola continua a ser um dos debates que desperta grande atenção política e mediática. É sem dúvida o aspeto de política educativa que polariza de um modo mais claro as posições ideológicas e o âmbito da gestão pública que projeta o difícil equilíbrio entre governabilidade e equidade dos sistemas educativos. Contudo, a politização do debate exclui frequentemente as necessárias reflexões a partir da filosofia política a respeito da dimensão normativa da liberdade de escolha. Uma reflexão imprescindível para determinar o caráter justo ou injusto das decisões de política educativa a respeito da escolha de escola.

Perguntemo-nos, portanto, se é justa ou não a liberdade de escolha da escola. As óticas a partir das quais se pode dar resposta a esta pergunta são muitas. Procurarei responder a esta complexa questão a partir dos critérios de justiça proporcionados por John Rawls, um filósofo político respeitado e reconhecido mesmo por posicionamentos nada radicais.

A JUSTIÇA Segundo Rawls, existem dois princípios básicos de justiça. O primeiro sustenta que cada pessoa deve dispor de um direito igual ao mais extenso sistema de liberdades básicas que seja compatível com similares liberdades para todos. O segundo afirma que as desigualdades económicas e sociais só são admissíveis se existir igualdade de oportunidades e se forem necessárias para que os que tenham

menos possam estar “melhor do que estariam em qualquer outra situação viável”. Este segundo princípio dá lugar à regra de escolha *maximin*, segundo a qual se devem hierarquizar as alternativas de distribuição conforme os seus piores resultados possíveis e escolher aqueles cujos piores resultados sejam melhores do que os das outras opções. Veja-se que o segundo princípio não questiona a possível existência de desigualdades. Os resultados das distribuições justas de recursos e oportunidades podem dar lugar a aproveitamentos desiguais por parte dos indivíduos sempre que a dita distribuição garanta as liberdades básicas e a igualdade de oportunidades para aceder aos recursos, e sempre que se trate da distribuição que deixe melhor os que estejam pior. Dito de outro modo, as desigualdades de acesso entre os indivíduos, ou de qualquer outro 'bem primário', podem ser justas sempre que as oportunidades que a sociedade lhes proporcione sejam iguais e que os menos favorecidos não só obtenham mais vantagens dessa distribuição do que de outras possíveis, mas que obtenham tantas quantas possam obter, por mais que exista uma distribuição que proporcione resultados mais eficientes ou permita que outros indivíduos ou grupos gozem de maiores benefícios.

A ESPECIFICIDADE DA ESCOLA

Não haja dúvidas de que nas democracias liberais contemporâneas nenhuma instituição como a Escola ostentou a legitimidade para fazer valer o princípio

A liberdade de escolha da escola é injusta, na medida em que supõe um sistema de atribuição insuficiente para maximizar a situação dos que estão pior. Poder-se-á defender a liberdade de escolha a partir de valores isolados ou unilaterais, como a liberdade individual ou a utilidade pessoal, mas não a partir da justiça

Xavier Bonal

Universidade Autónoma de Barcelona

de igualdade de oportunidades. A Escola, desde a segunda metade do século XX, converteu-se no mecanismo socialmente partilhado para que nenhum impedimento distinto do talento e do esforço dos indivíduos determinasse as possibilidades de ascensão social.

À educação, desde então, atribuímos coletivamente a responsabilidade de garantir que o acesso à posição e aos recursos seja *merecida* e não arbitrária, ou, o que vai dar ao mesmo, que o estatuto social seja adquirido e não atribuído por razões de sangue, herança económica ou favoritismo político. Coletivamente, portanto, convertemos a Escola na instituição representativa do princípio de igualdade de oportunidades *rawlsiano*.

Por outro lado, a tradução da regra *maximin* para o âmbito de uma instituição como a Escola consistiria em assegurar que nenhum mecanismo de acesso à mesma (para além daquele realizado através do mercado ou da intervenção pública), ou às condições do seu desfrute, pudesse prejudicar as oportunidades futuras dos menos favorecidos.

Cabe perguntar, então, se proporcionar aos pais a liberdade de escolherem livremente a escola que desejam para os seus filhos pode ser aceitável do ponto de vista da justiça. Se, e só se, se considerasse que a liberdade de escolher escola não prejudica as oportunidades dos menos favorecidos, estaríamos perante um sistema de distribuição justo. Se, pelo contrário, a liberdade de escolha tiver consequências sobre uma distribuição de recursos que se repercuta negativamente sobre as oportunidades dos menos favorecidos, deveríamos considerar quanto é que se deve limitar a liberdade de escolha, de modo a que esta seja corrigida, para que os que estão pior maximizem a sua posição em relação a outros cenários possíveis.

O CASO ESPANHOL A Constituição Espanhola de 1978 garantiu tanto a liberdade de escolha de centro escolar como a faculdade de os poderes públicos garantirem o direito de todos os cidadãos à educação em condições de igualdade, através da planificação e regulação das vagas escolares.

Tanto a Lei Orgânica do Direito à Educação (LODE) de 1985 como a Lei Orgânica da Educação de 2006 traduzem estes princípios constitucionais numa regulação que permite a liberdade de escolha de escola por parte das famílias, mas restringindo-a, no caso do acesso aos centros financiados com fundos públicos (no caso dos centros completamente privados não existem restrições à liberdade de escolha) e nas situações de excesso de procura, quer dizer, nos casos em que o número de solicitações para obter vaga num centro escolar supera as vagas disponíveis. Neste caso, ambas as leis ordenam o processo de admissão de alunos a partir dos critérios de irmãos matriculados no centro, proximidade do

domicílio, nível de rendimento da unidade familiar e a ocorrência de incapacidade do aluno ou de algum dos seus pais ou irmãos.

As medidas introduzidas pela LODE para regular o processo de admissão de alunos delimitaram, pois, a liberdade absoluta de escolha de centro com base na consideração de que, sem a intervenção pública, produzir-se-iam situações de distribuição de alunos que se repercutiriam nas oportunidades educativas dos grupos mais desfavorecidos. Uma distribuição que seria injusta, segundo os princípios de Rawls.

Contudo, o irónico do caso, para não dizer o dramático, é que apesar de se dispor de uma lei tão “intervencionista” como a LODE, o balanço atual está muito longe de refletir igualdade nas oportunidades educativas. É certo que, inicialmente, a enorme desigualdade de que partia o sistema educativo herdado do franquismo conseguiu ser reduzida, graças a um processo de democratização que favoreceu o acesso ao ensino por parte de grupos tradicionalmente dele excluídos. Mas hoje, qualquer olhar à distribuição de alunos nas nossas escolas capta o facto de que, mesmo com a intervenção pública, estamos perante um acesso desigual de dados alunos a dadas escolas.

Apesar da “coerção à liberdade de escolha” que a LODE introduziu, os alunos mais desfavorecidos concentram-se em determinadas escolas que reúnem a nova imigração e alunos autóctones em situação de risco social, enquanto que outros centros, na sua maioria contratados, mas também alguns públicos, gozam de uma homogeneidade social que lhes permite desenvolver os processos de ensino-aprendizagem sem terem de se ocupar em saber se os seus alunos conhecem a linguagem de ensino, ameaçam ou não os professores ou se vão todos os dias às aulas.

A INJUSTIÇA Sempre haverá quem defenda que o facto de serem os grupos socialmente mais desfavorecidos aqueles que pior pontuam nas provas PISA, ou que não conseguem aceder ao bacharelato ou à universidade, se deve à falta de motivação, ao escasso esforço ou à inferioridade intelectual. Mas todos os que acreditamos que estes factos têm que ver com uma distribuição desigual das oportunidades educativas, estamos em condições de responder que a liberdade de escolha de escola é injusta, na medida em que supõe um sistema de atribuição insuficiente para maximizar a situação dos que estão pior.

Poder-se-á, se se quiser, defender a liberdade de escolha a partir de valores isolados ou unilaterais, como a liberdade individual ou a utilidade pessoal, mas não a partir da justiça.

Texto originalmente publicado
n.º da *Página da Educação* n.º 181 (2008)



ANA ALVIM

Já conhecemos o guião: de cada vez que um novo governo entra em funções, atribui ao governo anterior a origem de todos os males do país. Ao fazê-lo, os novos governantes tentam, previamente, responsabilizar os anteriores pelos eventuais insucessos futuros das suas políticas. Procuram, também, legitimar as medidas impopulares que se preparam para adotar.

O governo que saiu das eleições de junho de 2011 não será exceção, mas foi mais longe: segundo o novo discurso oficial, a profunda crise em que Portugal se encontrava devia-se não apenas aos erros das governações anteriores, mas também ao comportamento irresponsável dos portugueses, que andaram – garantem-nos – a viver acima das suas possibilidades.

Com este discurso, repetido até à exaustão pelos comentadores do regime, procurou-se descredibilizar as posições críticas e fomentar a autoculpabilização, com o propósito de neutralizar a resistência dos cidadãos às políticas de austeridade (cortes na despesa social, contração do investimento público, au-

mentos de impostos, etc.) e às ditas “reformas estruturais” que destroem os direitos laborais e sociais (facilitação dos despedimentos, redução da duração e dos montantes de subsídio de desemprego, etc.).

Sejamos claros: houve, efetivamente, decisões tomadas por governos anteriores (PPP, BPN, swaps...) cujos benefícios para o bem coletivo são, na melhor das hipóteses, questionáveis e que contribuíram para o agravar da situação das contas públicas nacionais; são também do conhecimento comum algumas práticas individuais de consumo ostentatório, muitas vezes financiado a crédito e dificilmente sustentável a prazo. Exemplos de um caso e de outro fazem as delícias dos comentadores de serviço, que os apresentam como a prova provada de um país que precisa de sofrer para se redimir.

O problema do discurso oficial não está, pois, em basear-se em exemplos falsos. O problema da história que nos contam é que toma a pequena parte pelo todo, deixando de fora o que é efetivamente importante.

SE É VERDADE que não faltam exemplos de má governação no passado recente, as condições que conduziram à crise começaram a avolumar-se há duas décadas, fruto da conjugação de uma integração europeia disfuncional, de alterações significativas no contexto global e de fragilidades estruturais da economia e da sociedade portuguesas. Tais condições foram agudizadas pela crise financeira internacional de 2008/2009, cujos efeitos se fizeram sentir em diferentes países do mundo, mas que afetaram de modo mais acentuado economias que apresentavam à partida maiores fragilidades. Assim sendo, é difícil sustentar que foram essencialmente os erros das governações anteriores – que existiram e não devem deixar de ser apontados – que nos conduziram à crise e ao recurso à assistência financeira externa. Quanto à ideia de que andámos a viver acima das nossas possibilidades, simplesmente não se aplica à grande maioria das famílias portuguesas. De facto, em 2010, cerca de 63% das famílias não tinham qualquer dívida aos bancos ou a outras

instituições financeiras. A minoria que acede ao crédito em Portugal tem por objetivo a aquisição de casa própria (o crédito para consumo é residual), sendo quase sempre caracterizada por condições socioeconómicas acima da média – como é sabido, o acesso ao crédito é tipicamente dificultado pelos bancos quando se trata de trabalhadores de baixos rendimentos ou precários, estudantes, pensionistas, ou famílias monoparentais ou com desempregados. A demonstração disso é que os níveis de incumprimento no pagamento de empréstimos por parte das famílias têm sido historicamente reduzidos: a taxa de incumprimento aumentou para 6,6% em 2012, um valor superior aos 4,4% registados em 2008, mas ainda assim modesto.

Em resumo, se queremos explicar por que motivo Portugal se viu forçado a recorrer a um empréstimo internacional e a sujeitar-se às condições impostas pela *troika*, constituída pelo FMI, o BCE e a Comissão Europeia, temos de ir para lá do discurso moralista e autoculpabilizante que nos é habitualmente servi-



ALTERNATIVAS

do nos comentários televisivos. Compreender as causas da crise é também um passo fundamental para perceber a urgência de se encontrarem alternativas ao programa do governo e da *troika*.

É HOJE EVIDENTE que a estratégia da *troika* e da atual governação foi desastrosa. A destruição massiva de emprego, a instabilidade profissional e pessoal, o alastramento das situações de privação material, a emigração forçada, o aumento das desigualdades, as falências de empresas – tudo isto são sinais de uma economia e de uma sociedade em desagregação. Alguns insistem em ver nestes sinais os custos inevitáveis, e supostamente transitórios, de um processo de ajustamento necessário e essencialmente correto. No entanto, ao fim de dois anos de aplicação do Memorando de Entendimento assinado com a *troika*, tornaram-se claros os sinais de que a estratégia aí inscrita falhou nos seus próprios termos: as metas de redução dos défices foram sucessivamente adiadas

e a dívida pública é hoje mais insustentável do que no início do programa de ajustamento. Mesmo os indicadores que são apresentados como sinais de sucesso do programa – a evolução do saldo da balança comercial, o nível de endividamento das empresas e das famílias, a estabilidade financeira dos bancos ou a procura de títulos de dívida pública no muito badalado “regresso aos mercados” – só por má-fé ou otimismo desmedido poderão ser lidos enquanto tais. Apesar dos sinais evidentes de degradação da situação económica e social, a *troika* e o governo, com o apoio do presidente da República, não hesitam em prosseguir a via estabelecida no Memorando de Entendimento. Não é por simples teimosia ou negação da realidade que isto sucede. Na verdade, embora hesitem em admiti-lo, na perspectiva do governo e da *troika*, a estratégia em curso está a ser bem sucedida no que é fundamental, ou seja, produzir alterações profundas, em muitos casos dificilmente reversíveis, no funcionamento da sociedade, da economia e do Estado.

Privatizações, desregulamentação do mercado de trabalho, redução da fiscalidade sobre as empresas, degradação dos serviços coletivos, erosão do sistema público de pensões – estes são ingredientes de um programa de governação que não foi sufragado pelo povo português nas urnas.

Para aqueles que defendem uma economia e uma sociedade inteiramente entregues às lógicas do mercado, a profunda crise em que Portugal e outros países europeus se encontram constitui uma oportunidade histórica para impor a agenda política que sempre defenderam – e que dificilmente conseguiriam fazer passar em condições normais de funcionamento das democracias.

O MEMORANDO DE ENTENDIMENTO acordado entre o governo português e a *troika* em maio de 2011 contém os elementos fundamentais do programa político acima descrito. Este programa tem evoluído de acordo com as circunstâncias, como é visível nas sucessivas mutações ocorridas no Memo-

rando, na sequência das avaliações trimestrais a que está sujeito. A adoção dessa estratégia pode vir até a dispensar a existência de um Memorando enquanto tal, uma vez que os mecanismos de financiamento e de condicionalidade se têm vindo a alterar no quadro europeu. No entanto, o essencial desta estratégia para lidar com a crise tem-se mantido inalterado, independentemente das revisões do Memorando – e assim continuará caso haja lugar a um segundo resgate ou mesmo num cenário de “regresso aos mercados” apoiado num “programa cauteloso” acordado com as instituições europeias. A estratégia que tem vindo a ser prosseguida revela-se incapaz de dar uma resposta eficaz aos problemas fundamentais que a economia portuguesa enfrenta. Pelo contrário, ela continuará a agravar esses problemas, independentemente das alterações de detalhe ou de forma. De facto, o fundamentalismo de mercado inscrito no programa do governo e da *troika* – e, de resto, nas atuais regras e orientações emanadas das institui-



ANA ALVIM

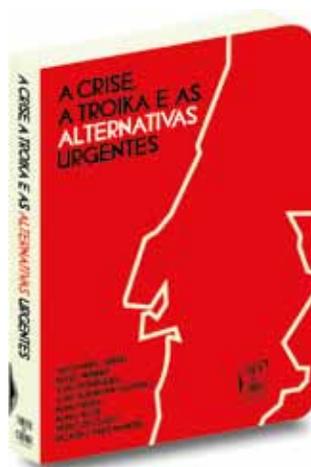
ções da União Europeia – parte de pressupostos e de visões ideológicas sobre os problemas da economia portuguesa e sobre a forma de os resolver, estando longe de corresponder a opções técnicas asséticas, tomadas com base num diagnóstico fundamentado e inquestionável das dificuldades.

A CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS a este modelo de sociedade, que nos conduz ao retrocesso civilizacional, passa, em primeiro lugar, por desconstruir a narrativa que serve para justificar as políticas da *troika* e da atual governação.

Mas denunciar a estratégia do Memorando e as suas consequências presentes e futuras não basta para se encontrar uma saída que constitua uma efetiva alternativa para a crise

atual. À denúncia é preciso juntar a capacidade de apresentar propostas em que as pessoas tenham razões para acreditar e que abram perspetivas reais de um futuro distinto daquele que nos é oferecido pelo fundamentalismo de mercado reinante. Ao fim de três anos de austeridade, têm sido inúmeros e, em muitos casos, de grande dimensão os protestos populares ocorridos em vários pontos do continente europeu, incluindo Portugal. E, não obstante, tardam em emergir dos atos eleitorais soluções governativas que traduzam as expectativas, cada vez mais generalizadas, de uma mudança fundamental de políticas.

Em parte, a dificuldade de traduzir o descontentamento em votos – ou de traduzir as vitórias eleitorais em efetivas alterações de rumo – resulta da situação



“Análise de elevada qualidade técnica e com melhor fundamentação do que a maioria dos que advogam posições semelhantes.”

*José da Silva Lopes,
ex-ministro das Finanças*

“Os autores analisam, com verdade, origens, causas, responsabilidades e consequências dos problemas que estão a tolher o nosso futuro coletivo.”

*Manuel Carvalho da Silva
ex-secretário-geral da CGTP-IN*

“Crítica devastadora à forma como foi concebido e como tem sido executado o programa de ajustamento português, propondo alternativas para o futuro.”

*João Ferreira do Amaral,
economista*

“Análise profunda, pensamento original e propostas mobilizadoras.”

*José Reis,
professor da Faculdade
de Economia da
Universidade de Coimbra*

económica, financeira, política e institucionalmente complexa em que se encontram presentemente a União Europeia e os Estados que a integram. Mas resulta igualmente do facto de os eleitores não reconhecerem como verdadeiras alternativas, ou de não considerarem como credíveis, as propostas enunciadas pelas forças que se opõem à estratégia da austeridade.

Alexandre Abreu, Hugo Mendes, João Rodrigues, José Guilherme Gusmão, Nuno Serra, Nuno Teles, Pedro Delgado Alves, Ricardo Paes Mamede
[adaptado de *A Crise, a Troika e as Alternativas Urgentes* (introdução), Edições Tinta da China, agosto.2013]

enquanto há força



CONCERTO

tributo a José Afonso
26º aniversário da AJA

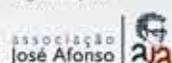
CASA DA MÚSICA - Porto
sala Suggia

20 | OUT | 2013
21 horas

ANTÓNIO CAPELO
Coro VOX POPULI
FRANCISCO FANHAIS
Grupo AL-DUFFeiras
Grupo Vocal CANTO DÉCIMO
Grupo VOZES AO ALTO
JOÃO AFONSO + ROGÉRIO PIRES
JOÃO LÓIO + REGINA CASTRO
MANUEL FREIRE
ORQUESTRA LIGEIRA DE S. PEDRO DA COVA
RUI PATO
UXIA (Galiza) + SÉRGIO TANNUS
Direcção Musical - GUILHERMINO MONTEIRO



organização:



apoios:



[apostas]

FIMP COM ATENÇÃO AO PÚBLICO JOVEM...

O Festival Internacional de Marionetas do Porto (FIMP) realiza este ano a sua 24ª edição. Entre 11-20 de outubro, o festival traz à Cidade Invicta os Antigua i Barbuda, Anna Ivanova-Brashinskaya e A Tarumba, com ações de formação e, claro, muitos espetáculos de marionetas.

O festival presta particular atenção ao público mais jovem, que poderá assistir a espetáculos da Companhia Instável, a estreias absolutas do Teatro de Ferro, Limite Zero e Viktor Antonov, às habituais presenças dos Bonecos de Santo Aleixo e Dom Roberto, a uma co-produção entre o FIMP e o Teatro do Frio e participar no *workshop* FIMPalitos.

[+ informações: *página oficial no Facebook ou Loja FIMP, no Centro Comercial Bombarda, no Porto*]



O LADO GLUTÃO DA CIDADANIA

De 25 de setembro a 13 de outubro, vai haver “Comida” na Casa do Vinho Verde, no Porto. Trata-se de uma criação do Teatro Bruto, com texto original de Valter Hugo Mãe e encenação de Ana Luena.

“Comida” conta a história de um diplomata português que no início de 1939 regressa a Portugal vindo da Alemanha, para onde espera voltar como representante luso já no ano seguinte. O diplomata, ávido de fortuna fácil, vai ser traído e vê o seu jogo de influências sofrer um severo revés. “Ironizando a atual subserviência europeia face à Alemanha, *Comida* é uma peça sobre o lado glutão da cidadania, a sofisticação da secundarização do povo e o torpe das intenções políticas”, explica o autor. Com interpretação de Margarida Gonçalves, Pedro Alameda, Pedro Mendonça, Rodrigo Santos e Peixe (que também assina a música), “Comida” estará em cena de quarta-feira a domingo, às 22 horas, e ao público será oferecida uma degustação de vinho verde.



... E TRAZ ELLEN FULLMAN E KONRAD SPRENGER

O FIMP abre, oficialmente, com um promissor concerto, que assinala a estreia absoluta de Ellen Fullman e Konrad Sprenger em Portugal – a revista *The Wire* considerou *ORT*, resultado da parceria entre os dois músicos, como um dos melhores discos de 2004.

Na década de 80, Ellen Fullman iniciou a sua pesquisa em torno do que chamou Long String Instrument – instalação sonora composta por arames – e colaborou com artistas como a compositora Pauline Oliveros, a coreógrafa Deborah Hay ou o Kronos Quartet.

Konrad Sprenger é um nome emergente da música experimental eletrónica. Com dois discos em nome próprio, colaborou também em projetos da banda alemã Doc Schocko e do compositor norte-americano Arnold Dreyblatt.

Mosteiro de São Bento da Vitória
11.outubro | 21h30

VIVA A REPÚBLICA!

“A memória sustenta os nossos gestos, alimenta o sentir, o entender e o agir dos indivíduos e dos povos. Na resposta necessária aos estímulos do dia, a memória continuamente se renova e organiza. Alguns acontecimentos perdem-se na penumbra, outros ganham novo relevo. Por vezes, vestem as roupagens do mito.

Mesmo nesta era tecnológica, a vida dos homens decorre no quadro dos ciclos da Natureza. Celebramos os dias fastos. Reactivamos a memória, celebrando. Celebrando as estações, o nascimento, o amor, a amizade, os dias da libertação, individual e colectiva” [António Borges Coelho, outubro de 2012].



Passaram 103 anos sobre o 5 de Outubro de 1910. Um desses dias da libertação. Dia que este governo, “convicto de que tudo é reconstruível a partir da vontade política”, quis e impôs que deixasse de ser comemorado como dia feriado.

Foram muitas as realizações da República e também os insucessos, que não podem deixar de ser entendidos fora do contexto e das condições da época. Um contexto marcado pela instabilidade – foram 51 os responsáveis pelo Ministério da Instrução Pública entre 7 de julho de 1913, data da sua criação, e 1926 –, que não impediu, mas até estimulou os homens da República para o combate à corrupção e aos interesses dos grupos oligárquicos reinantes, de modo a fazer sair Portugal da crise económica, social e moral em que se encontrava mergulhado.

Foi generosa e patriótica a acção da República. Uma acção balizada pelos princípios da fraternidade, da liberdade e da democracia, que teve na educação e no ensino os meios privilegiados para a construção de um “homem novo”, que, se para alguns não passava de uma utopia, para outros consubstanciava uma das condições indispensáveis ao progresso.

Deixar de celebrar o 5 de Outubro com a dignidade da sua consagração como feriado é apagar a nossa memória colectiva e, de alguma forma, apagar a nossa identidade como povo, e sem identidade não somos nação.

Os valores da fraternidade, da liberdade e da democracia são indispensáveis ao progresso e à construção de uma sociedade mais justa e fraterna. Por tudo isto: Viva a República!



spn
informação

DIRETORA MANUELA MENDONÇA

Ano XXVIII · II Série · N.º 60

Setembro 2013 · 2 euros

spninfo@spn.pt

nesta edição

- a abrir
02. **Dia Mundial dos Professores**
- editorial
03. **Temos de estar na primeira linha**
- ação sindical
05. **Colocações em necessidades transitórias
Cada vez mais ao fundo...**
06. **Sindicato ativo e solidário nos centros de emprego**
07. **SPN repudia artigo do JN**
08. **Agenda sindical**
- jornadas sindicais
09. **Porque educar é um compromisso ético**
10. **Somos todos professores**
11. **Fronteiras entre o ensino público e o privado**
12. **A criança no centro e uma educação à sua medida**
13. **Questionamentos e/ou provocações**
14. **O reforço do SPN e a construção da unidade na ação**
- do superior
16. **Crato está a implodir a educação pública**
- consultório jurídico
18. **Índice de legislação**
19. **Compensação, amamentação, requalificação**
- internacional
22. **A guerra é a guerra**
23. **Sobre a Síria**
- vemos, ouvimos e lemos
24. **É justa a liberdade de escolher escola?**
26. **Crise, troika, alternativas**
- apostas spn
30. **FIMP com atenção ao público jovem...
... e traz Ellen Fullman e Konrad Sprenger
O lado glutão da cidadania**
- a fechar
31. **Viva a República!**

